

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de atas

- Ata n.º 109, de 6 de março, e n.º 110, de 13 de março.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativa

Projeto de Resolução	1419/XIII	3	Recomenda ao Governo que adopte medidas que permitam a criação de centros de elevada competência científica e tecnológica para os Institutos Politécnicos do Interior do país.	PSD
----------------------	-----------	---	--	-----

Projeto de Resolução	1421/XIII	3	Recomenda ao Governo medidas urgentes para a requalificação da Escola Básica e Secundária de Rebordosa (Paredes)	PCP
----------------------	-----------	---	--	-----

Projeto de Resolução	1424/XIII	3	Recomenda ao Governo que proceda à elaboração de um plano para a urgente reabilitação e requalificação da Escola Básica Vallis Longus, em Valongo	CDS-PP
----------------------	-----------	---	---	--------

3.2. Nova baixa para apreciação em generalidade, iniciativas:

Projeto de Lei	620	XIII	3	Altera o Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro, que aprova o Estatuto da Carreira Docente Universitária	Nova apreciação comissão generalidade	2017-10-13	PSD
Projeto de Lei	619	XIII	3	Altera o Decreto-Lei n.º 55/2013, de 17 de abril, que aprova a orgânica da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.	Nova apreciação comissão generalidade	2017-10-13	PSD

Projeto de Lei	621	XIII	3	Altera o Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de julho, que aprova o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico	Nova apreciação comissão generalidade	2017-10-13	PSD
----------------	-----	------	---	---	---------------------------------------	------------	-----

Projeto de Resolução	1071	XIII	3	Recomenda ao Governo a promoção da transferência de tecnologia entre Universidades e Institutos Politécnicos e a sociedade	Nova Baixa Comissão para Discussão	2017-10-13	PSD
Projeto de Resolução	1069	XIII	3	Recomenda ao Governo a promoção do emprego de doutorados na sociedade	Nova Baixa Comissão para Discussão	2017-10-13	PSD
Projeto de Resolução	1070	XIII	3	Recomenda a promoção de uma política de propriedade intelectual que fomente o investimento e a inovação	Nova Baixa Comissão para Discussão	2017-10-13	PSD

3.3. Baixa de Projetos de Resolução para discussão conjunta

Projeto de Resolução	1295	XIII	3	Recomenda ao Governo que realize uma avaliação de impacto do programa eco-escolas	Baixa comissão para discussão	2018-02-09	CDS-PP
Projeto de Resolução	912	XIII	2	Pela educação ambiental como componente de valorização da escola pública	Baixa comissão para discussão	2018-02-09	PEV
Projeto de Resolução	1299	XIII	3	Promoção da educação ambiental nos currículos dos ensinos básico e secundário	Baixa comissão para discussão	2018-02-09	BE

3.4. Audiência solicitada pela Comissão de Cultura e Educação do Parlamento Europeu

3.5. Relatório da visita ao Conselho Nacional de Educação pelo Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação

3.6. Ofício de representante do Colégio Torre D. Chama - [Petição n.º 360/XIII/2.ª](#) - Solicitam a adoção de medidas contra o encerramento do Colégio de Torre D. Chama

4. Eleição de Vice-Presidente da Comissão de Educação e Ciência

5. Audições no âmbito da apreciação do [Projeto de Resolução n.º 1280/XIII/3.ª \(BE\)](#) – Recomenda ao Governo que valorize a disciplina de Educação Física no Ensino Secundário e do [Projeto de Resolução n.º 1324/XIII/3.ª \(PCP\)](#) – Recomenda ao Governo a reposição da carga letiva da disciplina de Educação Física e a valorização do desporto escolar

- Conselho das Escolas, Confederação Nacional das Associações de Pais e Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação – 15h00
- Sociedade Portuguesa de Educação Física (SPEF) e Conselho Nacional das Associações de Professores e Profissionais de Educação Física (CNAPEF) – 16h40

6. Discussão de Projeto de Resolução

6.1. [Projeto de Resolução 1315/XIII/3.ª](#) (CDS-PP) - Recomenda ao Governo que proceda à imediata realização de obras na Escola Secundária de Alpendurada, no Marco de Canaveses

6.2. [Projeto de Resolução 1244/XIII/3.ª](#) (PSD) - Pelo início imediato das Obras de reparação na Escola Secundária de Alpendorada, no Concelho de Marco de Canaveses

7. Apreciação e votação de parecer de Projeto de Lei

7.1. [Projeto de Lei n.º 777/XIII/3.ª](#) - Determina a Prorrogação dos Contratos de Bolsas de Investigação, dos Contratos de Bolsa no âmbito de Projetos de Investigação Científica e outros similares

- **Deputado relator:** Deputado Porfírio Silva (PS)

8. Apreciação e votação do relatório da iniciativa europeia [COM\(2018\)23](#) - Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO relativa à promoção de valores comuns, da educação inclusiva e da dimensão europeia do ensino

- **Deputada relatora:** Joana Mortágua (BE)

9. Apreciação e votação de relatórios finais de petições

9.1. [Petição 418/XIII/3.ª](#) - Solicita legislação para docentes incapacitados para o exercício de funções.

- **Deputada relatora:** Ana Mesquita (PCP)

10. Redação final de Projeto de Resolução aprovado

- [Projeto de Resolução n.º 1321/XIII/3.ª](#) (BE) - Pela efetiva aplicação da Lei n.º 57/2017, de 19 de julho, a todos os Bolseiros de Gestão de Ciência e Tecnologia

11. Outros Assuntos

- Questões levantadas no âmbito das audições relativas à aplicação do PREVPAP

12. Data da próxima reunião

- 28 de março de 2018, 10h00 – Audição regimental do Ministro da Educação

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de ordem do dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação da ata

A ata n.º 109, da reunião de 6 de março, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP. A aprovação da ata da reunião n.º 110, de 13 de março, foi adiada.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativa

3.1.1. O Presidente da Comissão informou que a iniciativa abaixo referida baixou à 6.ª Comissão (Comissão competente), com conexão com a 8.ª Comissão.

Projeto de Resolução	1419/XIII	3	Recomenda ao Governo que adopte medidas que permitam a criação de centros de elevada competência científica e tecnológica para os Institutos Politécnicos do Interior do país.	PSD
----------------------	-----------	---	--	-----

3.1.2. Comunicou depois a baixa do Projeto de Resolução seguinte, tendo a Deputada Ana Mesquita (PCP) indicado que pretendiam a sua discussão na Comissão, em data que concretizariam posteriormente.

Projeto de Resolução	1421/XIII	3	Recomenda ao Governo medidas urgentes para a requalificação da Escola Básica e Secundária de Rebordosa (Paredes)	PCP
----------------------	-----------	---	--	-----

3.1.3. Foi depois consensualizado que se procederia à discussão conjunta do Projeto de Resolução 1424/XIII (identificado abaixo) com o [Projeto de Resolução n.º 1370/XIII/3.ª](#) e que a mesma, em princípio, seria agendada para a reunião de 3 de abril.

Projeto de Resolução	1424/XIII	3	Recomenda ao Governo que proceda à elaboração de um plano para a urgente reabilitação e requalificação da Escola Básica Vallis Longus, em Valongo	CDS-PP
----------------------	-----------	---	---	--------

3.2. Nova baixa para apreciação em generalidade de várias iniciativas:

O Presidente lembrou que em relação às iniciativas seguintes já foram recebidos pareceres e os GP do PSD e do PS propõem a consulta de mais 44 entidades, propondo o PSD que em relação a 10 seja solicitado parecer escrito e seja feita a audição de outras.

O Deputado Álvaro Batista (PSD) propôs ainda que fosse criado um Grupo de Trabalho para desenvolver as diligências necessárias, particularmente as audições. Na sequência do debate realizado, foi consensualizado analisar a matéria, bem como todas as questões pendentes na Comissão, numa reunião de Coordenadores, a agendar para a semana seguinte.

Projeto de Lei	620	XIII	3	Altera o Decreto-Lei n.º 448/79, de 13 de novembro, que aprova o Estatuto da Carreira Docente Universitária	Nova apreciação comissão generalidade	2017-10-13	PSD
Projeto de Lei	619	XIII	3	Altera o Decreto-Lei n.º 55/2013, de 17 de abril, que aprova a orgânica da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.	Nova apreciação comissão generalidade	2017-10-13	PSD
Projeto de Lei	621	XIII	3	Altera o Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de julho, que aprova o Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico	Nova apreciação comissão generalidade	2017-10-13	PSD

Projeto de Resolução	1071	XIII	3	Recomenda ao Governo a promoção da transferência de tecnologia entre Universidades e Institutos Politécnicos e a sociedade	Nova Baixa Comissão para Discussão	2017-10-13	PSD
----------------------	------	------	---	--	------------------------------------	------------	-----

Projeto de Resolução	1069	XIII	3	Recomenda ao Governo a promoção do emprego de doutorados na sociedade	Nova Baixa Comissão para Discussão	2017-10-13	PSD
Projeto de Resolução	1070	XIII	3	Recomenda a promoção de uma política de propriedade intelectual que fomente o investimento e a inovação	Nova Baixa Comissão para Discussão	2017-10-13	PSD

3.3. Baixa de Projetos de Resolução para discussão conjunta

O Presidente da Comissão lembrou que os Projetos de Resolução constantes abaixo foram discutidos conjuntamente na sessão plenária de 9/2/2018 e baixaram à Comissão por 60 dias, para discussão, terminando o prazo em 10 de abril.

Projeto de Resolução	1295	XIII	3	Recomenda ao Governo que realize uma avaliação de impacto do programa eco-escolas	Baixa comissão para discussão	2018-02-09	CDS-PP
Projeto de Resolução	912	XIII	2	Pela educação ambiental como componente de valorização da escola pública	Baixa comissão para discussão	2018-02-09	PEV
Projeto de Resolução	1299	XIII	3	Promoção da educação ambiental nos currículos dos ensinos básico e secundário	Baixa comissão para discussão	2018-02-09	BE

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) informou que iria enviar uma nova versão do Projeto de Resolução do CDS-PP, alterada na sequência das críticas/sugestões apontadas pelos restantes Grupos Parlamentares, para ponderação da Comissão.

3.4. Audiência solicitada pela Comissão de Cultura e Educação do Parlamento Europeu

O Presidente lembrou que no dia 4 de abril, após o Plenário, terá lugar uma reunião com a Comissão de Cultura e Educação do Parlamento Europeu, tendo solicitado a indicação de um Deputado de cada Grupos Parlamentar para estar presente na mesma.

3.5. Relatório da visita ao Conselho Nacional de Educação pelo Grupo de Trabalho de Acompanhamento das Transferências de Competências na Educação

O relatório da visita foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3.6. Ofício de representante do Colégio Torre D. Chama

O Presidente da Comissão referiu que a [Petição n.º 360/XIII/2.ª](#), *Solicitam a adoção de medidas contra o encerramento do Colégio de Torre D. Chama*, de que é relatora a Deputada Maria Manuela Tender (PSD), foi admitida em 11/10/2017 e foi pedida a pronúncia da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares e do Agrupamento de Escolas de Mirandela, através do Ministro da Educação, bem como da Câmara Municipal de Mirandela.

Não se tendo obtido resposta, foi reiterado o pedido de pronúncia da Câmara em 7/12/2017, tendo sido obtida resposta.

Não tendo sido recebida resposta dos serviços do Ministério da Educação e tendo a Deputada relatora obtido a informação de que o pedido não chegou aos serviços em causa, a Comissão, em 2 de fevereiro de 2018, reiterou o pedido de pronúncia dos mesmos em relação à matéria objeto da petição, com particular relevância para a Direção de Serviços da Região Norte, nomeadamente indicando o impacto decorrente do eventual encerramento do Colégio de Torre D. Chama. Até ao momento não foi recebida resposta.

Bruno de Carvalho, um dos responsáveis do Colégio, dirigiu em 8/3/2018 um ofício ao Presidente da Assembleia da República (PAR) a solicitar que diligencie junto da Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares e do Agrupamento de Escolas de Mirandela para obter pronúncia dos mesmos em relação à petição, tal como foi solicitado pelo Parlamento. O referido ofício foi enviado à Comissão.

Nesta sequência, o Presidente da Comissão pôs à consideração que se informe o Gabinete do PAR das diligências já desenvolvidas e que se lhe solicite que peça a pronúncia das entidades em falta ou que pondere desencadear o processo de crime de desobediência, previsto no n.º 1 do artigo 23.º da Lei de Exercício do Direito de Petição.

A Deputada Maria Manuela Tender (PSD) realçou que se verifica um desrespeito do membro do Governo em relação à situação e propôs que se faça uma insistência. O Deputado Porfírio Silva (PS) propôs que se equacione se não há impedimento legal em relação ao Parlamento dirigir o pedido diretamente às entidades e que o Presidente proceda nesse sentido e transmita informação sobre o regime legal e as consequências da falta de resposta, bem como solicite a resposta junto do Ministro da Educação, tendo a proposta obtido o consenso dos vários Grupos Parlamentares.

4. Eleição de Vice-Presidente da Comissão de Educação e Ciência

O Deputado Pedro Pimpão (PSD) apresentou a candidatura da Deputada Nilza de Sena (PSD) para a 1.ª vice-presidência da Comissão - em substituição da Deputada Margarida Mano (PSD) – tendo a mesma sido eleita por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

5. Audições no âmbito da apreciação do [Projeto de Resolução n.º 1280/XIII/3.ª \(BE\)](#) – Recomenda ao Governo que valorize a disciplina de Educação Física no Ensino Secundário e do [Projeto de Resolução n.º 1324/XIII/3.ª \(PCP\)](#) – Recomenda ao Governo a reposição da carga letiva da disciplina de Educação Física e a valorização do desporto escolar

5.1. Conselho das Escolas, Confederação Nacional das Associações de Pais e Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação

O Presidente da Comissão cumprimentou os [representantes das várias entidades](#) e lembrou a grelha de tempos das várias intervenções.

O representante do Conselho das Escolas referiu o seguinte:

1. A disciplina de Educação Física acompanha os alunos ao longo de todo o percurso escolar;
2. A posição do Conselho é no sentido de a nota da disciplina contar para a média do ensino secundário, mas não para o acesso ao ensino superior, a menos que o aluno o queira;
3. Até 2004 a nota da disciplina não era contada para a média do ensino secundário e a partir daí e até 2012, passou a contar;
4. Muitos alunos não queriam que a nota da disciplina contasse para a média do ensino secundário e para o acesso ao ensino superior.

O representante da Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação (CNIPE) indicou:

1. A disciplina de Educação Física deve integrar-se na formação geral dos alunos;
2. Os professores devem dar a conhecer aos alunos as formas de avaliação da disciplina;
3. A disciplina é importante;
4. Estão a favor da proposta do BE, de a nota da disciplina contar para a média do ensino secundário;
5. Há necessidade de garantir os equipamentos para a prática da disciplina;
6. Há necessidade de atenção para a Educação Física no 1.º ciclo;
7. A disciplina é importante no combate à indisciplina.

O representante da Confederação Nacional das Associações de Pais (CONFAP) indicou:

1. O Projeto de Resolução do BE é mais objetivo, visando que a nota da disciplina de Educação Física conte para a média do ensino secundário;
2. A iniciativa do PCP visa alargar a disciplina a todos os níveis de ensino, incluindo o 1.º;
3. A Educação física tem de ser obrigatória;
4. Propõem a alteração do regime de acesso ao ensino superior, sendo as respetivas instituições que selecionam os alunos, com testes específicos;
5. Entendem que a nota da disciplina de Educação Física não deve contar para o acesso ao ensino superior, a menos que o aluno o queira.

O Deputado Rui Silva (PSD) referiu que a disciplina é fundamental para o crescimento dos alunos e o Governo do PS diminuiu-lhe o número de horas, enquanto o do PSD estabeleceu que a nota da mesma não conta para a média do ensino secundário. Mencionou ainda a dificuldade de aplicação da disciplina no 1.º ciclo. A terminar, informou que o PSD está disponível para discutir a matéria.

A Deputada Susana Amador (PS) defendeu que a Educação Física é muito importante para o desenvolvimento integral do aluno e a Organização Mundial de Saúde tem alertado para o seu impacto na saúde, sendo fundamental que a escola dê hábitos de vida saudáveis. Referiu depois a alteração da matriz curricular em 2012, com a desvalorização da disciplina de Educação Física e de outras, sem que se tivesse feito a audição das entidades do setor, realçando que o PS agora

está a equacionar a valorização de várias disciplinas, a formação integral dos alunos e o impacto da matéria.

O Deputado Luís Monteiro (BE) referiu que o debate está a ser feito agora e o facto de haver falta de equipamentos para a modalidade não pode justificar a não contagem da nota da disciplina para a média do ensino secundário. Considerou ainda que o regime de acesso ao ensino superior tem de mudar.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) indicou que o Secretário de Estado da Educação tinha anunciado em 2016 que a nota da disciplina de Educação Física passaria a contar para a média do ensino secundário, mas ainda não tinha sido dado cumprimento a essa promessa. Considerou depois que a escola deve educar de forma integral – “não só da cabeça para cima”- mas alertou para os riscos da contagem para a média, enquanto se mantiverem as atuais regras de acesso ao Ensino Superior. A terminar, informou que o CDS-PP está em posição de abstenção, e pediu esclarecimentos quanto à sugestão do Conselho das Escolas sobre a possibilidade de a nota da disciplina contar para a média de forma optativa.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) defendeu que a disciplina de Educação Física conte para a média do ensino secundário e para o acesso ao ensino superior, realçando os benefícios da valorização da mesma a vários níveis. Propugnou depois por um cidadão de corpo inteiro e por mais valorização da disciplina no 1.º ciclo, bem como pela revisão do regime de acesso ao ensino superior. A terminar, perguntou aos representantes das várias entidades qual a perceção que têm em relação aos meios das escolas no que respeita à prática da disciplina.

Na sequência do debate e das questões colocadas, o representante do Conselho Nacional das Escolas referiu o seguinte:

1. A não contagem da nota para a média do ensino secundário desvaloriza a disciplina?
2. A importância da disciplina mede-se pelo n.º de alunos que a têm, bem como pelo n.º de horas semanais e o modelo de avaliação não é fundamental para o valor da disciplina;
3. O Conselho defende que a nota da disciplina conte para a média do ensino secundário, mas não para o acesso ao ensino superior, a menos que o aluno o peça.

O representante da CNIPE defendeu:

1. A importância da Educação Física para o desenvolvimento dos alunos no seu todo e como forma de combater, por exemplo, a obesidade;
2. A contagem da nota da disciplina para a média do ensino secundário.

O representante da CONFAP defendeu:

1. O ensino secundário deve ser certificante e indicar a conclusão com uma média;
2. O acesso ao ensino superior deve ser feito autonomamente;
3. Os pais não reclamaram da decisão da disciplina de Educação Física não contar para a média do ensino secundário;
4. A disciplina de Educação Física tem de ser obrigatória e aumentar a carga horária, se possível;
5. Se passar a contar para a média, há necessidade de clarificar a forma de avaliação da disciplina.

A [gravação em vídeo](#) da audição está disponível na página da Comissão.

5.2. Sociedade Portuguesa de Educação Física (SPEF) e Conselho Nacional das Associações de Professores e Profissionais de Educação Física (CNAPEF)

O Presidente da Comissão cumprimentou os [representantes das várias entidades](#) e lembrou a grelha de tempos das várias intervenções.

Os representantes do Conselho Nacional das Associações de Professores e Profissionais de Educação Física (CNAPEF) referiram o seguinte:

1. No cronograma que enviaram (disponível na audição) consta a evolução da matéria;
2. De 2004 a 2012 houve paridade entre a disciplina de Educação Física e as restantes;
3. Em 2012 houve uma alteração unilateral, por parte do Ministério da Educação, sem ouvir as entidades, deixando a disciplina de contar para a média do ensino secundário e para o acesso ao ensino superior;
4. Muitas entidades discordaram da decisão;
5. A Sociedade Portuguesa de Educação Física (SPEF) e o CNAPEF contestam a decisão;
6. Esperavam a sua alteração pelo novo Governo e congratularam-se com o anúncio do Secretário de Estado, em 2016, de que a nota da disciplina passaria a contar para a média do ensino secundário;
7. A CONFAP também concordou, na época, com a paridade da disciplina de Educação Física em relação às restantes disciplinas;
8. A Associação Nacional de Diretores de Agrupamentos e Escolas Públicas também concorda com a contagem da nota da disciplina para a média do ensino secundário, contrariamente ao Conselho das Escolas;
9. Justificou a importância da disciplina e avançou dados sobre a obesidade infantil.

Os representantes da Sociedade Portuguesa de Educação Física (SPEF) referiram o seguinte:

1. A importância da disciplina de Educação Física é unânime;
2. A disciplina tem orientações programáticas e programa para todos os níveis de escolaridade, incluindo para o 1.º ciclo;
3. O que não é contabilizado perde importância;
4. A Educação Física não se destina a criar atletas, mas a garantir a proficiência motora e a dar garantia de continuidade de exercício físico ao longo da vida;
5. A disciplina tem indicações para a avaliação e normas de referência para a equidade na mesma;
6. As condições materiais são importantes, mas a desvalorização da disciplina faz com que as condições não sejam atribuídas;
7. A realização das provas de aferição em relação à disciplina permitiu obrigar a melhorar as condições das escolas;
8. Não está provado que a contagem da nota da disciplina para a média do ensino secundário prejudique os bons alunos;
9. A Educação Física está ligada a 8 itens do perfil do aluno.

O Deputado Pedro Pimpão (PSD) salientou que ambos os Projetos de Resolução permitiram o debate sobre a disciplina de Educação Física, que é importante na formação integral dos alunos. Pediu depois a posição das entidades sobre a possibilidade de a disciplina contar para a média do ensino secundário e não para o acesso ao ensino superior. Considerou ainda que a falta de

condições não influencia a desvalorização da disciplina e realçou que o Governo do PSD assumiu o desporto escolar no 1.º e isso atualmente não tem sequência. Defendeu ainda a abertura da escola ao desporto amador. A terminar, considerou a necessidade de se ponderar a alteração do regime de acesso ao ensino superior.

A Deputada Maria Augusta Santos (PS) referiu que em 2012 houve uma redução da carga horária de várias disciplinas, incluindo da Educação Física, sem ter havido alteração do programa da mesma e deixou de contar para a média do ensino secundário e para o acesso ao ensino superior, sem ter havido debate sobre a matéria. Realçou depois que é reconhecida a importância da atividade física para a saúde e o bem-estar (muitas crianças e jovens só praticam atividade física na escola) e o Governo colocou a matéria em debate, incluindo a avaliação das aprendizagens na disciplina, a partilha das práticas e o levantamento das necessidades de desenvolvimento profissional dos professores, pedindo a posição das entidades. Considerou ainda que a valorização da Educação Física depende muito dos professores e de falarem de forma transversal. A terminar, referiu que o Conselho das Escolas, no [parecer n.º 3/2017](#), indicou que a medida de 2012 “foi positiva para milhares de alunos que deixaram de ser travados no acesso a alguns cursos do ensino superior”.

O Deputado Luís Monteiro (BE) referiu que as audições eram muito relevantes e defendeu que as condições para a prática da Educação Física são importantes mas não influenciam a opção pela contagem ou não da nota para acesso ao ensino superior. Realçou ainda que ninguém referiu que a disciplina de Educação Física devia ter um estatuto valorativo diferente e mais baixo do que o das restantes disciplinas.

A Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) perguntou se poderiam clarificar a fundamentação que afirmaram ter obtido do Governo para ainda não ter decidido sobre esta matéria, como anunciado. Esclareceu que aquilo que está em apreciação no Parlamento são Projetos de Resolução, que fazem recomendações ao Governo, e não Projetos de Lei, pelo que não haverá uma “alteração automática” das regras por esta via. A terminar, perguntou se podem garantir que os professores estão capacitados para fazer a avaliação da disciplina de acordo com os critérios mencionados.

A Deputada Ana Mesquita (PCP) defendeu a valorização da educação física a todos os níveis e a universalização da disciplina e do desporto escolar. Defendeu depois que a disciplina tem um papel muito inclusivo, pedindo o detalhe dessa matéria e a ligação à formação informal, à participação em associações, etc. Por último, pediu a perceção das entidades sobre as questões práticas que os Projetos de Resolução implicam.

Na sequência do debate e das questões colocadas, os representantes do CNAPEF referiram o seguinte:

1. A Educação Física no 1.º ciclo tem vários modelos e na Madeira há um grupo de recrutamento para professores desta disciplina só para o 1.º ciclo;
2. O CNAPEF tem tido relações com o Secretário de Estado da Educação no âmbito da flexibilização curricular;
3. Vão debater a avaliação a nível dos profissionais;
4. O debate na Comissão de Educação é muito importante;
5. A Educação Física tem um papel inclusivo e serve todos os alunos, incluindo os que têm necessidades educativas especiais;

6. Realçam a importância dos objetivos da Educação Física e de levarem os alunos a praticarem.

Os representantes da SPEF indicaram o seguinte:

1. Defendem um perfil alargado do aluno, que abarca diversas disciplinas, incluindo a Educação Física;
2. Discordam da proposta do Conselho das Escolas;
3. Atualmente os alunos que mais precisam, não vão valorizar a Educação Física;
4. Em relação à forma de concretização para o 1.º ciclo, as escolas devem ter autonomia para escolher as hipóteses possíveis;
5. Há condições de formação e capacitação de todos os professores da disciplina;
6. O tema é fraturante a nível de opinião pública;
7. Têm pedido ao Governo e às entidades a concretização dos números que são indicados em relação à disciplina.

A [gravação em vídeo](#) da audição está disponível na página da Comissão.

6. Discussão de Projeto de Resolução

- 6.1. [Projeto de Resolução 1315/XIII/3.ª](#) (CDS-PP) - Recomenda ao Governo que proceda à imediata realização de obras na Escola Secundária de Alpendorada, no Marco de Canaveses
- 6.2. [Projeto de Resolução 1244/XIII/3.ª](#) (PSD) - Pelo início imediato das Obras de reparação na Escola Secundária de Alpendorada, no Concelho de Marco de Canaveses

A discussão conjunta dos 2 Projetos de Resolução foi adiada.

7. Apreciação e votação de parecer de Projeto de Lei

- 7.1. [Projeto de Lei n.º 777/XIII/3.ª](#) (PSD) - Determina a Prorrogação dos Contratos de Bolsas de Investigação, dos Contratos de Bolsa no âmbito de Projetos de Investigação Científica e outros similares

O parecer do Projeto de Lei foi apresentado pelo relator, Deputado Porfírio Silva (PS) e após a introdução de alterações propostas pelo Deputado Álvaro Batista (PSD), foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

8. Apreciação e votação do relatório da iniciativa europeia [COM\(2018\)23](#) - Proposta de RECOMENDAÇÃO DO CONSELHO relativa à promoção de valores comuns, da educação inclusiva e da dimensão europeia do ensino

- **Deputada relatora:** Joana Mortágua (BE)

Adiado.

9. Apreciação e votação de relatórios finais de petições

9.1. [Petição 418/XIII/3.ª](#) - Solicita legislação para docentes incapacitados para o exercício de funções.

O relatório final da petição foi apresentado pela relatora, Deputada Ana Mesquita (PCP) e depois aprovado por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

10. Redação final de Projeto de Resolução aprovado

- **[Projeto de Resolução n.º 1321/XIII/3.ª](#)** (BE) - Pela efetiva aplicação da Lei n.º 57/2017, de 19 de julho, a todos os Bolseiros de Gestão de Ciência e Tecnologia

A redação final do Projeto de Resolução foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

11. Outros Assuntos

O Deputado Porfírio Silva (PS) referiu que o Presidente do Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP) lhe tinha atribuído as afirmações de que o Programa de Regularização de Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) não se aplicava a docentes e investigadores, que os professores convidados não estavam incluídos no programa e que o PREVPAP era para ser aplicado às carreiras gerais e não a docentes e investigadores, mais referindo que, vista a transcrição da audição, se verificava que as suas palavras tinham sido deturpadas, sendo que aquilo que tinha dito é que havia docentes convidados que deviam continuar a sê-lo, sem que qualquer das afirmações que lhe tinham sido imputadas tivesse sido realmente por si proferida.

Depois de pedir ainda a transcrição da intervenção do Presidente do SNESUP na audição de 13/3, para que ficasse claro o que cada um dos intervenientes tinha dito, indicou que estava a ler uma declaração escrita, solicitando que a mesma fosse anexa à ata.

O Deputado Porfírio Silva (PS) suscitou ainda outra questão sobre a mesma audição, relativa aos depoimentos de 2 professores e investigadores que se encontravam em situação precária, uma vez que tinha sido contactado por alguém que tinha seguido a audição e que tinha supostamente a informação de que num desses casos a pessoa já tinha entrado na carreira noutra instituição de ensino superior aquando da apreciação do seu requerimento ao PREVPAP, pelo que entendia dever pedir-se ao SNESUP a seguinte informação complementar: se se confirma esta informação; se, sendo correta a informação, a instituição preencheu esse lugar e se o fez de novo com vínculo precário ou com um vínculo adequado às funções descritas e que configuravam uma necessidade permanente.

Foi consensualizado solicitar a informação ao SNESUP.

12. Data da próxima reunião

- 28 de março de 2018, 10h00 – Audição regimental do Ministro da Educação

A reunião foi encerrada às 19:00 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 20 de março de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Alexandre Quintanilha)

ANEXO

Declaração do Deputado Porfírio Silva (PS) produzida na reunião da CEC de 20 de março de 2018

No dia 13 de março de 2018, a CEC recebeu em audição uma série de entidades sobre o andamento do PREVPAP nos sectores do Ensino Superior e Ciência.

Na audição do SNESup, o seu Presidente, intervindo na fase final, afirmou que o deputado Porfírio Silva, aquando da recente audição regimental do Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, tinha dito que o PREVPAP, “não tinha sido desenhado para ser aplicado aos docentes e investigadores”; tinha dito que “os professores convidados não estavam incluídos no programa, porque o programa não tinha sido desenhado para eles”; e, ainda, que eu teria afirmado que “existiam outras medidas em curso, nomeadamente a lei do emprego científico, que essas sim seriam aquelas que deveriam ser aplicadas a estas pessoas, e que o PREVPAP estava sim para ser aplicado às carreiras gerais”. Estas declarações não foram um descuido de linguagem, nem um pormenor na intervenção no Presidente do SNESup: foram repetidas e constituíram um elemento estruturante da sua intervenção, tendo até referido que o SNESup tinha difundido o facto de eu ter tomado essas posições.

Imediatamente declarei que essas afirmações do Presidente do SNESup não correspondiam às minhas declarações, constituíram uma deturpação das minhas palavras, na realidade constituindo uma mentira acerca do meu posicionamento. Imediatamente solicitei ao Presidente da Comissão que pedisse uma transcrição das minhas intervenções nessa audição do Ministro, para que se pudesse verificar quem estava a falar verdade.

Os serviços da Comissão procederam já à transcrição das minhas intervenções na audição regimental em causa. Eu próprio confrontei essa transcrição com o registo das declarações do Senhor Presidente do SNESup. Fica claro, a quem quer que proceda a esse exercício, que o Senhor Presidente do SNESup deturpou as minhas intervenções quando me atribuiu aquelas declarações que eu não proferi.

A verdade é que da transcrição das minhas intervenções na audição regimental resulta claramente que em nenhum momento eu afirmei que o PREVPAP exclui os professores convidados. Afirmei, sim, falando de docentes, que “Há convidados que têm de continuar a ser convidados” – e acho que ninguém duvida disso, nem a legislação nem a comunidade académica. O que se quer é acabar com o abuso da figura do convidado. A legislação prevê a existência de convidados, as instituições precisam dos convidados, há profissionais que só assim podem colaborar com a Academia. Nós não queremos acabar com a figura do convidado, o que queremos é acabar com os abusos dessa figura.

Afirmei, sim, que essa “é uma situação diferente de outras carreiras na Administração Pública” – e ninguém duvida disso, porque falei de pessoas que “são convidados para responderem, em alguns casos a situações que os próprios querem, há pessoas que têm outras profissões e dão uma hora de aula por semana”, mas isso não equivale a dizer que o PREVPAP não foi desenhado para ser aplicado aos docentes e investigadores.

Afirmar, sim, como já o tinha feito muitas vezes antes, que o combate à precariedade tem de “ser feito sistemicamente, designadamente pondo exigências no sistema para que as Instituições tenham que desenvolver as carreiras e consolidar as carreiras” – e continuo a defender o mesmo, mas isso não equivale a dizer que o PREVPAP não foi desenhado para ser aplicado aos docentes e investigadores, porque uma coisa não exclui a outra – e aqui, mais uma vez, a acusação do Senhor Presidente do SNESup não tem fundamento.

A comunicação que o Senhor Presidente do SNESup dirigiu ao Senhor Presidente desta Comissão sobre este assunto tem uma característica curiosa: nunca põe, preto no branco, as afirmações que fez nesta Comissão; nunca transcreve literalmente as acusações que me fez. É por isso que, Senhor Presidente, solicito que faça transcrever as palavras do Senhor Presidente do SNESup na audição em causa e disponibilize essa transcrição.

Na mesma ocasião, o senhor deputado a quem coube representar o Grupo Parlamentar do PSD nessa audição, saiu em defesa do Senhor Presidente do SNESup, acusando-me a mim de deselegância, de faltar ao bom-tom, tendo o senhor deputado afirmado que, na circunstância, o Presidente do SNESup me tinha citado. É hoje claro que o Senhor Presidente do SNESup não me citou, porque citar-me é dizer que eu disse aquilo que eu disse, enquanto que dizer, e reafirmar, que eu disse aquilo que eu não disse, não é citar-me: é faltar à verdade. Quanto a esse modo de atuar de um membro desta Câmara, não teço, por ora, quaisquer outras considerações.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alexandre Quintanilha
Álvaro Batista
Ana Mesquita
Ana Rita Bessa
Ana Sofia Bettencourt
André Pinotes Batista
Ilda Araújo Novo
Ivan Gonçalves
Joana Mortágua
Laura Monteiro Magalhães
Lúcia Araújo Silva
Luís Monteiro
Margarida Mano
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Nilza de Sena
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Susana Amador
Ana Passos
Rui Silva

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Diogo Leão

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: